



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

IPECE Informe

Nº 176 – Junho/2020

**As despesas com alimentação das
famílias no Ceará: uma análise da
POF 2017-2018 do IBGE**

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário (respondendo)

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário Executivo de Gestão

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

Sobre o IPECE Informe

A Série IPECE Informe, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2020

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2020

ISSN: 2594-8717

1. Despesa. 2. Alimentação. 3. Orçamento Familiar. 4. Renda.

IPECE Informe – Nº 176 – Junho /2020

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Elaboração:

Raquel da Silva Sales (Assessora Técnica)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e dá assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores: Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

Visão: Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -
Cambeba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
<http://www.ipece.ce.gov.br/>

Nesta Edição

No contexto da pandemia, a população mais vulnerável pode voltar ao contexto da fome. Mesmo com dados anteriores a este evento o presente informe verificou que já havia uma significativa desigualdade nas despesas com alimentação das famílias mais ricas com as das mais pobres. As famílias ricas gastaram quase cinco vezes mais com alimentação que as mais pobres, embora o peso da despesa com alimentos seja maior nas famílias mais pobres. A alimentação fora de casa cresceu nos últimos anos e o valor do dispêndio médio mensal com o almoço e jantar dos mais ricos foi quase o valor médio da despesa total com alimentos dos mais pobres. O Estado do Ceará já vinha adotando políticas para melhorar esse contexto, como o Programa Cartão Mais Infância Ceará, no qual o valor de R\$85,00 é pago mensalmente a mais de 47 mil famílias com crianças na primeira infância e em situação de extrema pobreza, e o Programa Mais Nutrição, que entrega alimentos para entidades cearenses, visando a segurança alimentar e nutricional, como também a redução do desperdício de alimentos. Dentre as medidas para minimizar os impactos da COVID-19 podemos citar a distribuição de um cartão vale alimentação para 423.000 alunos da Rede Estadual de ensino no valor de R\$80,00 cada, além da entrega de mais de 200 mil botijões de gás de cozinha para famílias mais vulneráveis.

1.Introdução

A imunidade é formada por um conjunto de fatores que atuam na prevenção de diferentes doenças. Uma alimentação adequada ajuda a imunidade, porém não se pode elencar um único alimento ou vitamina para resolver o problema da COVID-19, a atual pandemia. Mas já se sabe que uma dieta balanceada como um todo ajuda o organismo a estar preparado contra invasores. Nesse sentido, entender como anda o padrão de consumo alimentar pode ajudar a inferir sobre as condições de prevenção a doenças que atacam de forma mais fácil os indivíduos com imunidade baixa. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE publicou um estudo importante para essa análise, no qual retrata o consumo alimentar no Brasil, regiões e estados denominada pesquisa de orçamentos familiares-POF. Esta pesquisa visa principalmente mensurar as estruturas de consumo, das despesas¹, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias brasileiras.

A aquisição de alimentos é influenciada por diversos fatores como renda per capita, instrução escolar, presença de mulheres no mercado de trabalho, cultura e outros. O montante dispendido e a composição das cestas de alimentos geram desafios para indústria, produção rural, setor de distribuição de alimentos e para o governo.

O Estado do Ceará que registrou os primeiros casos de COVID-19 em março deste ano², adotou medidas, baseadas em estudos científicos, para proteger as pessoas do contágio rápido e severo da doença, de restrições de circulação de pessoas, cancelamento de eventos coletivos e o fechamento do comércio e serviços não essenciais. No atual contexto de efeitos negativos da pandemia sobre a economia, com esperado aumento do desemprego e queda na renda, a fome pode ser um dos maiores efeitos devastadores. Ainda não se tem números exatos do efeito econômico, mas com base no comportamento da aquisição alimentar e na despesa com alimentos, principalmente entre os mais pobres, pode se ter uma visão geral da magnitude do efeito da pandemia no padrão de consumo alimentar da população atingida.

Este informe tem como objetivo investigar o padrão de consumo de alimentos das famílias no Ceará com base na POF do IBGE de 2017-2018, que começou a ser coletada em 11 de julho de 2017 e

¹ Segundo IBGE, despesas monetárias são aquelas efetuadas através de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito, enquanto as Despesas não monetárias são definidas como aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida através de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização. As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local.

² <https://www.saude.ce.gov.br/2020/03/15/ceara-confirma-tres-casos-do-novo-coronavirus/>

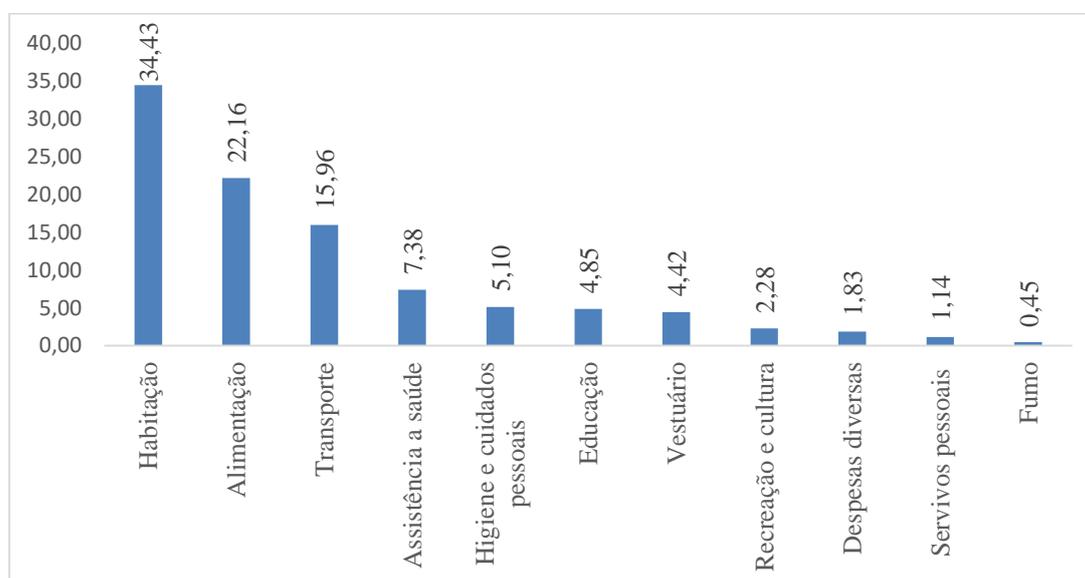
terminou em 9 de julho de 2018 com data de referência em 15 de janeiro de 2018. Essa pesquisa é a 6ª realizada pelo IBGE, sendo a anterior a POF 2007-2008.

2. As despesas das famílias no Ceará

A análise dos primeiros resultados da pesquisa de orçamentos familiares - POF do IBGE de 2017-2018, publicada no final do ano de 2019, teve como resultados gerais para as 2.832.636 famílias cearenses, de tamanho médio de 3,19 pessoas por família, o rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar de R\$ 3.346,41. Desse rendimento a pesquisa investigou as despesas das famílias. As despesas totais correspondem a todas as despesas monetárias e não monetárias correntes, o aumento de ativo e a diminuição de passivo. Já as despesas correntes correspondem às despesas de consumo, além das outras despesas correntes. Com despesa total média mensal de R\$ 2.830,34; despesa corrente média mensal de R\$ 2.644,33, despesa de consumo média mensal de R\$ 2.375,65 e as outras despesas correntes média mensal de R\$ 268,68, aumento de ativo de R\$ 66,73 e diminuição de passivo de R\$ 119,28, a despesa com alimentação foi R\$526,53, representaram 18,06% da despesa total e 22,16% da despesa de consumo, sendo assim considerada a segunda maior despesa, perdendo apenas para os R\$ 817,87 de despesa com habitação (28,39% da despesa total; 34,43% da despesa de consumo).

O gráfico 1 mostra as despesas de consumo médio mensal familiar no Ceará. Depois dos gastos com habitação e alimentação, os maiores gastos foram com transporte (15,96%), assistência à saúde (7,38%) higiene e cuidados pessoais (5,10%). As menores despesas foram com fumo (0,45%) serviços pessoais (1,14%).

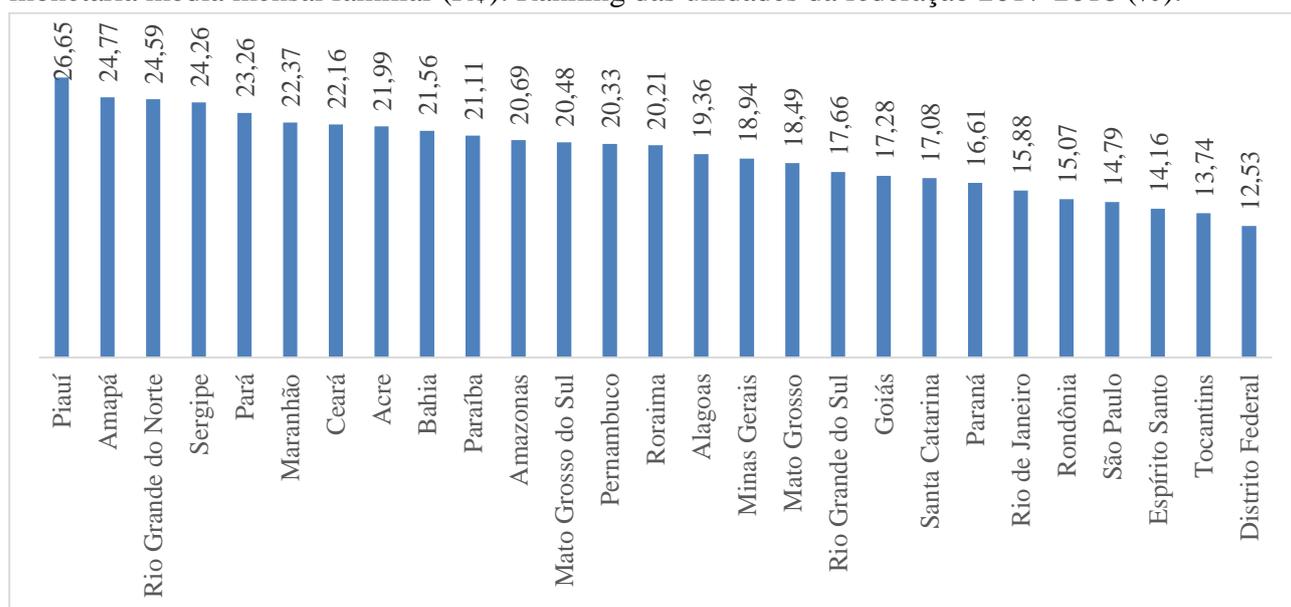
Gráfico 1: Distribuição das despesas de consumo médio mensal familiar (%) -Ceará 2017-2018



Fonte: IBGE/POF primeiros resultados de 2017-2018.

No comparativo entre as Unidades da Federação, o Ceará é sétimo com maior despesa com alimentação e o quinto da Região Nordeste como mostra o gráfico 2, ficando atrás do Piauí (26,65%), Amapá (24,77%), Rio Grande do Norte (24,59%), Sergipe (24,26%), Pará (23,26%) e Maranhão (22,37%).

Gráfico 2: Distribuição da despesa de consumo média com alimentação monetária e não monetária média mensal familiar (R\$). Ranking das unidades da federação 2017-2018 (%).



Fonte: IBGE/POF primeiros resultados de 2017-2018.

A tabela 1 traz a comparação das despesas monetárias e não monetárias entre as classes extremas de rendimento mensal familiar. As famílias com rendimentos mais baixos (até R\$ 1.908,00) foram aquelas que viviam com até dois salários mínimos, da época, por mês e as com mais alto (acima de R\$23.850,00). Enquanto a despesa com alimentação das famílias com até 2 salários mínimos foi de R\$336,77, a das mais ricas (acima de 25 salários mínimos) foi de R\$1.588,62. O peso da despesa média mensal com o consumo das famílias mais ricas no Ceará foi diferente comparado ao dos grupos das famílias mais pobres. Os mais ricos gastaram mais com habitação e transporte, enquanto os mais pobres com habitação e alimentação.

Tabela 1: Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, com consumo por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (R\$) -Ceará 2017-2018.

Despesas	Famílias mais pobres (1)	%	RK	Famílias mais ricas (2)	%	RK
Despesa com consumo	1.190,46	100,00		14.066,15	100,00	
Alimentação	336,77	28,29	2	1.588,62	11,29	3
Habitação	459,64	38,61	1	4.836,69	34,39	1

Vestuário	47,66	4,00	6	449,95	3,20	7
Transporte	120,90	10,16	3	3.534,43	25,13	2
Assistência a saúde	76,55	6,43	4	1.403,93	9,98	4
higiene e cuidados pessoais	66,90	5,62	5	401,06	2,85	8
Educação	32,66	2,74	7	616,84	4,39	6
Recreação e cultura	16,32	1,37	8	731,08	5,20	5
Fumo	8,62	0,72	11	9,60	0,07	11
Serviços pessoais	10,06	0,85	10	205,42	1,46	10
Despesas diversas	14,37	1,21	9	288,52	2,05	9

Fonte: IBGE/POF primeiros resultados de 2017-2018.

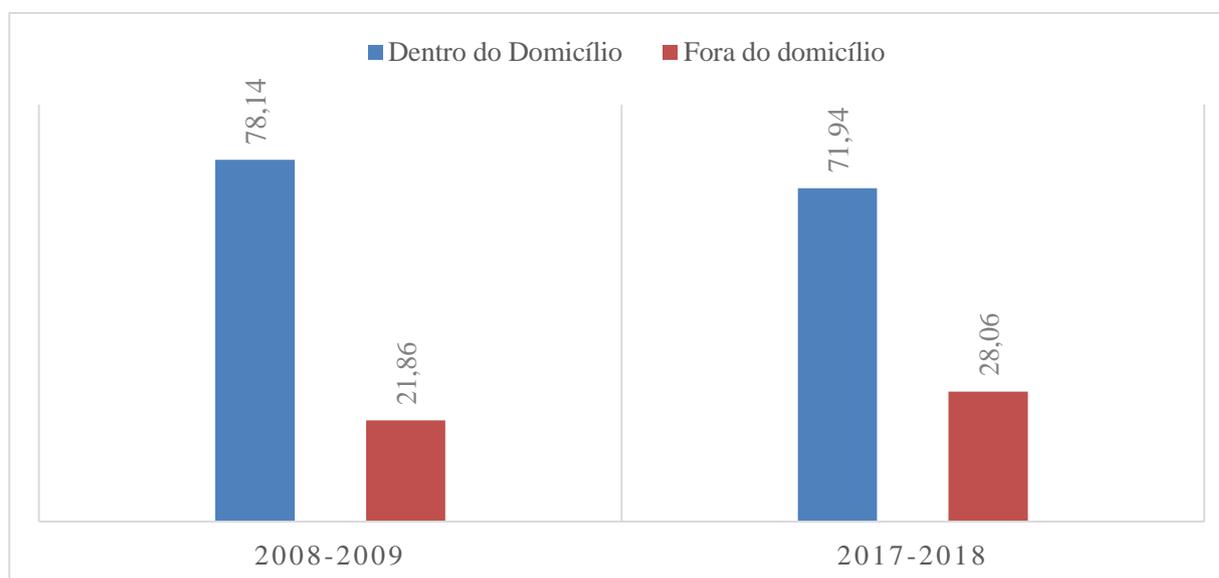
(1) Vivendo entre 0 a 2 salários mínimos (até R\$1.908)

(2) Vivendo com renda acima de 25 salários mínimos (mais de R\$ 23.850).

2.1. As Despesa com alimentação

A maior parte da despesa com alimentação é dentro dos domicílios (71,94%). Em relação a 2008 o percentual dispendido com alimentação dentro de casa caiu. A distribuição dos alimentos adquiridos mostra que houve mudança de hábito pois a despesa fora do domicílio aumentou 6,2 p.p no Ceará conforme mostra o gráfico 3.

Gráfico 3: Distribuição das despesas com alimentação dentro e fora de casa 2008-2009 e 2017-2018- Ceará.



Fonte: IBGE/POF 2017-2018 e POF 2008-2009.

Para as famílias com rendimentos mais altos (acima de R\$ 23.850,00), por sua vez, os gastos com alimentação são divididos em 31,07% fora de casa e 68,93% dentro de casa. No comparativo com a pesquisa anterior 2008-2009 o percentual da despesa com alimentação dentro do domicílio cresceu de 63,96% para 68,93%. Em relação às famílias mais pobres o percentual da despesa com alimentação dentro do domicílio caiu de 86,32% para 80,05%.

Quadro 1: Comparativo do percentual das despesas com alimentação dentro e fora de casa. POF 2008-2009 e POF 2017-2018 das famílias mais ricas e das mais pobres- Ceará.

Despesa com Alimentação (%)	2008-2009		2017-2018	
	mais pobres (1)	mais ricos (2)	mais pobres (1)	mais ricos (2)
Dentro do Domicílio	86,32	63,96	80,05	68,93
Fora do domicílio	13,68	36,04	19,95	31,07

Fonte: IBGE/POF 2017-2018 e POF 2008-2009.

- (1) Vivendo entre 0 a 2 salários mínimos (até R\$1.908)
Vivendo com renda acima de 25 salários mínimos (mais de R\$ 23.850).

Em média as famílias cearenses gastaram R\$526,53, ou seja, quase a metade do valor do salário mínimo-s.m de 2018 (R\$954,00) com alimentação sendo R\$378,81 dentro do domicílio e R\$147,73 fora do domicílio. O valor despendido em alimentação das famílias mais ricas (acima de 25 s.m) foi quase 5 vezes maior do que o das mais pobres (famílias com até 2 s.m).

As despesas com alimentação fora de casa, seja com almoço ou jantar, seja com lanches ou simples cafezinho estão detalhados na tabela 2. O valor médio da despesa com almoço e jantar fora do domicílio dos mais ricos (R\$ 349,86) custou quase o valor da despesa total com alimentos (R\$ 336,77) das famílias mais pobres. Já os gastos com sanduíches e salgados, enquanto os mais ricos gastaram em média por mês R\$67,01 os mais pobres gastaram menos de R\$7,00. **Tabela 2:** Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, com alimentação por Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (R\$) -Ceará 2017-2018.

Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, com alimentação (R\$)	Total	Mais pobres (1)	Mais ricos (2)
Despesas com alimentação	526,53	336,77	1.588,62
Alimentação no domicílio	378,81	269,59	1.094,96
Alimentação fora do domicílio	147,73	67,18	493,66
Almoço e jantar	104,59	44,11	349,86
Café, leite, café/leite e chocolate	1,77	0,87	2,89
Sanduíches e salgados	12,21	6,31	67,01
Refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas	7,85	4,22	25,77
Lanches	10,98	5,55	19,40
Cervejas, chopes e outras bebidas alcoólicas	4,69	2,83	2,28
Alimentação light e diet	0,03	0,08	-
Outras	5,58	3,22	26,47

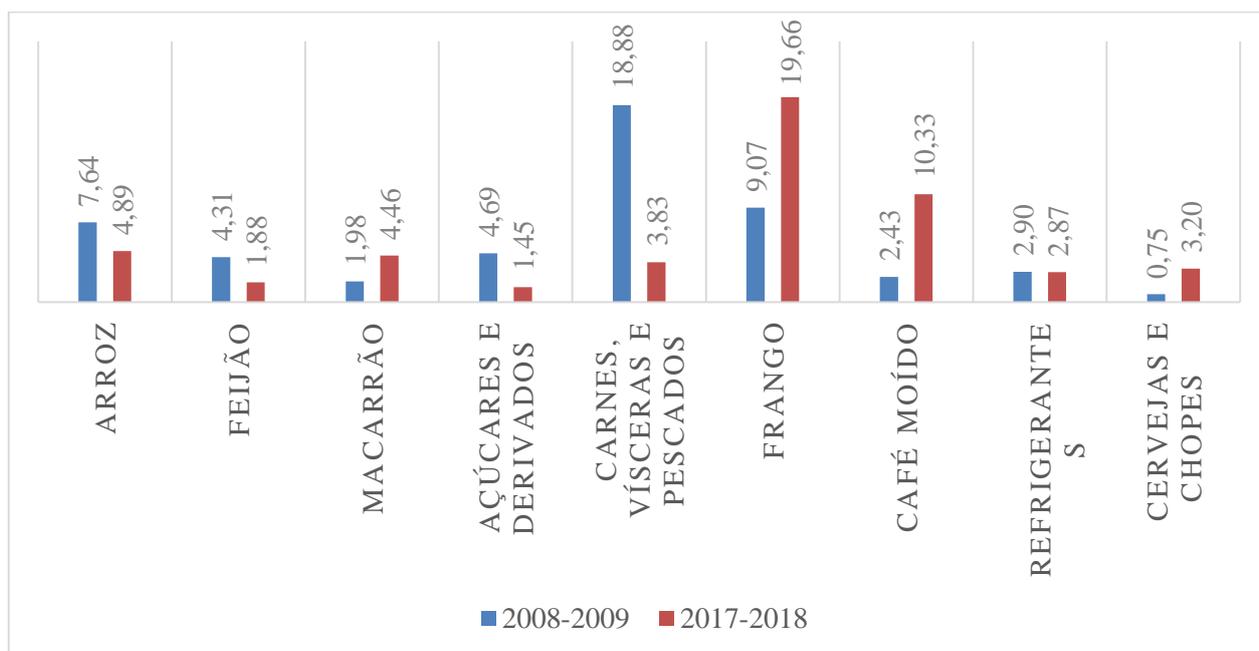
Fonte: IBGE/POF primeiros resultados de 2017-2018.

- (1) Vivendo entre 0 a 2 salários mínimos (até R\$1.908)
Vivendo com renda acima de 25 salários mínimos (mais de R\$ 23.850).

2.2 As Despesa com alimentação por rendimento

As famílias cearenses com até 2 salários mínimos³ (R\$1.908) gastaram até 26,3% da despesa com alimentação, enquanto as famílias com rendimentos superiores a vinte cinco salários mínimos (R\$ 23.850,00) comprometeram apenas 7,1%. Enquanto 19,9% das despesas das famílias cearenses com até 2 s.m foi dedicada a alimentação fora do domicílio, das famílias mais ricas (com mais de 25 s.m) foi de 31,1%.

Gráfico 4: Distribuição da Despesa por produto selecionado na alimentação dentro de casa- Ceará



Fonte: IBGE/POF 2017-2018 e POF 2008-2009.

3. Aquisição alimentar domiciliar per capita

No Ceará, da aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual (kg) dos 17 grupos em comparação ao Nordeste, observou-se que em 6 grupos o Estado apresentou médias maiores que as encontradas para a Região Nordeste (cereais e leguminosas, panificados, aves e ovos, lácticos, bebidas e infusões, alimentos preparados e misturas industriais). Entre o grupo de produtos hortaliças (13,137; 21,124) frutas (18,804; 23,876); carnes (15,44;18,664); coco, castanha e nozes (0,381; 0,114), farinhas, féculas e massas (15,305;12,259), vísceras (0,822; 0,457), pescados (4,083;3,502) o Ceará apresentou médias menores de aquisição por KG que a encontrada na região (Tabela 3), respectivamente.

Tabela 3: Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual (kg) por grupos de produtos- Nordeste e Ceará em 2017-2018.

³ O valor do salário mínimo para a data de referência da POF em 15.01.2018 foi de R\$ 954,00.

Grupo de produtos	Nordeste	Ceará
Cereais e leguminosas	31,906	32,600
Hortaliças	21,124	13,137
Frutas	23,876	18,804
Cocos, castanhas e nozes	0,381	0,114
Farinhas, féculas e massas	15,305	12,259
Panificados	19,297	19,978
Carnes	18,664	15,442
Vísceras	0,822	0,457
Pescados	4,083	3,502
Aves e ovos	18,811	21,883
Laticínios	20,061	25,410
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	14,332	14,198
Sais e condimentos	3,436	2,550
Óleos e gorduras	5,304	4,646
Bebidas e infusões	67,517	104,569
Alimentos preparados e misturas industriais	2,412	3,171
Outros produtos	0,005	0,001

Fonte: IBGE/POF 2017-2018.

4-Considerações Finais

De acordo com dados da POF 2017-2018 do IBGE, observou-se uma desigualdade relevante de gastos com alimentação entre os mais ricos e os mais pobres. Os mais pobres gastam quase tudo com despesas de consumo. Estas diferenças devem ser vistas como um alerta da vulnerabilidade dos mais pobres em um cenário de agravamento da fome na crise econômica esperada devido a pandemia da Covid-19. O estado do Ceará já vinha antes da pandemia, adotando políticas para melhorar esse contexto através do programa Cartão Mais Infância Ceará, que beneficia com um valor de R\$85,00 mais de 47 mil famílias com crianças na primeira infância e em situação de extrema pobreza, e o Programa Mais Nutrição que entrega alimentos para entidades cearenses, visando a segurança alimentar e nutricional e também a redução do desperdício de alimentos.

As famílias mais ricas no Ceará gastaram quase cinco vezes mais com alimentação do que as mais pobres, mas o peso da despesa com alimentos é maior nas famílias mais pobres. O comprometimento da renda com alimentação das famílias mais ricas é menor que em transporte, enquanto das famílias mais pobres foi o contrário. Mesmo ainda gastando mais com alimentação dentro de casa, a alimentação fora aumentou nos últimos anos. O valor médio com a despesa com almoço e jantar fora do domicílio dos mais ricos (R\$ 349,86) custou quase o valor da despesa total com alimentos (R\$ 336,77) das famílias mais pobres. Os gastos com sanduiches e salgados dos mais ricos em média por mês foi de R\$67,01 enquanto os pobres gastaram menos de R\$7,00, ou seja, quase 10 vezes menos. Em relação à aquisição de alimentos o Estado do Ceará apresentou médias maiores que as encontradas

para a Região Nordeste com cereais e leguminosas, panificados, aves e ovos, lácticos, bebidas e infusões, alimentos preparados e misturas industriais. Além das anteriormente citadas, o governo vem adotando medidas⁴ para minimizar os impactos da COVID-19, por exemplo, a distribuição de um cartão vale alimentação para mais de 400.000 alunos da Rede Estadual de ensino no valor de R\$ 80,00 cada, além da distribuição de mais de 200 mil botijões de gás para famílias mais vulneráveis.

⁴ <https://coronavirus.ceara.gov.br/governo/>